

Diário da Assembléia

Nº 3.011

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 30.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 2 de Abril de 1974 — (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e David Federmann.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Agninaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Álvaro Dias — Antônio Costa — Domicio Scaramella — Haroldo Bianchi — João Fadel — Lázaro Dumont — Ivo Rocha e Marciano Baraniuk (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 38 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 22-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 177-71, de autoria do Deputado Sebastião Rodrigues, que acresce do Parágrafo que especifica, ao artigo 84, da Lei n.º 5.871, de 6-11-68 (ESTATUTO DO MAGISTERIO). Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerra-se a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 3, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 23-74.
Levanta-se a Sessão.

Ata da 31.ª Sessão Ordinária
4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Realizada em 2 de Abril de 1974 — (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Agninaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Álvaro Dias — Antônio Costa — Domicio Scaramella — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont e Marciano Baraniuk (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nrs. 12 e 13-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nrs.:

147-73: Do Senhor Deputado Paulo Poli que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Oscar Martins Gomes, o qual convertido em Lei tomou o número 6.525. — Agradeça-se.

174-73: Do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o número 6.524. — Agradeça-se.

Sob o n.º 17-74 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º:

221-73: Do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que visa instituir uma gratificação especial correspondente a 40% (quarenta por cento), sobre os respectivos vencimentos, em favor dos servidores que operam direta e exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas, próximos às fontes de irradiação. — A C.C.J.

Sob o n.º 328-74, do Senhor Zacharias Seleme, comunicando haver assumido por Ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 92-74, do Senhor Sale Wolokita, Diretor Superintendente da Fundação Teatro Guaíra, encaminhando a esta Casa, Relatório Anual das Atividades e Balanço Geral do Exercício Financeiro de 1973, daquela Fundação. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por dez (10) Sessões, o Projeto de Resolução n.º 62-73.

— de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nrs. 235-73, e 236-73.

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 06-74.

— de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 230-73.

— de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão o Projeto de Lei n.º 285-73.

— de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 245-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo inesperado desaparecimento do brilhante funcionário desta Assembléia, Luiz Carlos Licheski, ocorrido no último dia 30 de março.

Amigo de todos, zeloso e leal, o desaparecido deixou uma lacuna irreparável no seio das atividades parlamentares.

Licheski, como era conhecido, era mais de que um mero servidor, era um idealista do trabalho que com amor e dedicação sempre desempenhou.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da homenagem à família enlutada, como um reconhecimento aos serviços prestados. Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1974.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção na Ata dos presentes trabalhos, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido em data de 30 de março do corrente ano, na cidade de Castro, neste Estado, da Senhora Medulina Ferreira Jorge.

A extinta era mãe de numerosa prole e esposa dedicada do ilustre professor do Colégio Agrícola do Instituto Cristão de Castro, Dr. Josué Jorge, o qual tem ocupado vários cargos de destaque nas esferas estadual e municipal.

Era, ainda, pessoa grandemente relacionada e desfrutava de expressivo prestígio, tendo o seu passamento consternado a sociedade castrense.

Requer, outrossim, que, da manifestação deste Poder seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa do Dr. Josué Jorge, Instituto Cristão, Castro — Paraná.

Sala das Sessões em 02 de abril de 1974.

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, membros da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, nos usos de suas atribuições regimentais, requerem à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do senhor Luiz Carlos Licheski, funcionário deste Poder Legislativo, ocorrido no último dia 29.

Funcionário exemplar, dotado de qualidades inegáveis, Luiz Carlos Licheski, com seu falecimento, deixa uma lacuna irreparável dentro da comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1974.

(aa) Domicio Scaramella

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro se consigne na Ata dos trabalhos de hoje, o pesar desta Casa pelo falecimento da Vereadora Ruth Martinez Correia, da cidade de Ribeirão do Pinhal, ocorrido em data de ontem.

A Vereadora Ruth Martinez Correia, que pertencia à Bancada da ARENA local, era pessoa das mais relacionadas e estimadas da sociedade de Ribeirão do Pinhal e exercia o seu mandato de forma atuante, causando consternação geral o seu prematuro desaparecimento.

Requeiro, ainda, que se dê conhecimento da manifestação da Casa à família da ilustre extinta.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1974.

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de regozijo à Rádio Cultura do Paraná pela passagem, ontem, de 22 anos de relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Doutor João Carlos Aguiar, Diretor da Rádio Cultura, cumprimentando-o pela passagem da expressiva data.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1974.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. a designação de uma Comissão de três Senhores Deputados para representar a Assembléia na "XI Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina" — VIII de âmbito nacional, a realizar-se de 6 a 14 de abril vindouro.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1974.

(a) Olavo Ferreira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado

na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de aplauso ao jornal "Diário do Paraná", pela inauguração, no dia 29 último, de seu novo parque gráfico, em especial, a moderna impressão "off-set".

Órgão dos Diários Associados em nosso Estado, o "Diário do Paraná" que sempre primou pela prática de um jornalismo sadio, consoante os ideais de Assis Chateaubriand, com esta nova aquisição, temos certeza, engrandecerá, e em muito, a imprensa paranaense na sua função de informar e esclarecer o povo, motivo pelo qual esperamos a aprovação do Requerimento em tela.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1974.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro seja encaminhado, através do Senhor Governador do Estado, veemente apelo aos ilustres Secretário da Educação e Cultura e Superintendente da Fundepar, respectivamente Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira e Dr. João Elísio Ferraz de Campos, no sentido de que se urgencie a construção da unidade escolar denominada "Unidade POLO", em Paranaguá, com recursos originários do Ministério da Educação e Cultura — Salário — Quota Federal, em razão de tal obra já constar do planejamento da S.E.C. e da Fundepar.

A unidade denominada "POLO" se caracteriza pela sua ampliação de atendimento nas áreas de orientação técnica no setor profissionalizante, para atender as exigências da Lei n.º 5.692.

O presente apelo abrange ainda a liberação de laboratório de Ciências e uma oficina de Artes Industriais previstas para o Colégio Estadual "José Bonifácio", da mesma cidade.

A cidade de Paranaguá ressen-te-se, de há muito, de tais empreendimentos, os quais se constituem em legítima e antiga aspiração do altivo povo paranaense, e com este Requerimento esperamos contribuir, se acatado pelas autoridades responsáveis pela Educação, para aprimoramento da instrução e cultura do seu povo.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1974.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final assina, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requeiro, ouvido o Plenário, que se digne a douta Mesa encaminhar à elevada consideração do Exmo. Sr. Chefe do Poder Executivo, a seguinte sugestão:

— Que o ilustre Governador do Estado, sensível que é a justas reivindicações, haja por bem determinar os estudos que se fizerem necessários à aplicação do disposto no item V, do art. 172, da Lei n.º 6.174, de 16-11-70 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), em valor correspondente a 40% sobre os vencimentos dos servidores que, em caráter permanente, operam direta e exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas, próximos às fontes de irradiação, considerando-se os sérios riscos de vida e saúde a que estão expostos.

— Trata-se, como se vê, de benefício já previsto em lei, sendo, portanto, a sua aplicabilidade mansa e pacífica, além de ser medida de inteira justiça.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1974.

(a) Jorge Sato

Requerimento

Senhor Presidente:

A COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, ao enviar mensalmente as contas de luz a seus consumidores habitualmente distribui, em anexo ao talão, mensagem comunitária, sendo natural que se aproveite esse poderoso esquema de divulgação — mais de 450 mil talões mensais — para advertir o eleitor de votar validamente utilizando o sufrágio popular como arma que os regimes democráticos lhe conferem para manifestar seus pensamentos.

Neste sentido, requeiro à Mesa, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça, sugerindo a S. Exa., que se digne manter entendimentos com a Direção da COPEL, para, nos três meses que antecederão o pleito do corrente ano, constar em anexo aos talões de luz dizeres alusivos ao dever do voto e de reprovação aos votos nulos ou em branco.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1974.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requeiro, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Poder Judiciário do Estado, Desembargador Edmundo Mercier Júnior, ofício no seguinte teor:

"Senhor Presidente:

Em virtude de Requerimento de autoria do nobre Deputado Paulo Poli, aprovado unanimemente pelo Plenário deste Poder Legislativo, apelamos a Vossa Excelência no sentido de que sejam criadas as Comarcas de Palotina e Terra Roxa, na nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, que está sendo elaborada por esse Egrégio Tribunal.

Pela importância que estes municípios representam para o Estado, justifica plenamente a inclusão dos mesmos na referida Lei, permitindo um movimento forense que irá atender os anseios da população da região.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1974.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas e na forma em que dispõe o Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, seja formulado um apelo a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Engenheiro Emílio Hoffmann Gomes e ao Engenheiro Gerhard Leo Linzmeyer, DD. Secretário de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, para que se reiniciem as obras de reconstrução do Grupo Escolar Herminia Rolim Lupion, da sede do Município de Sabáudia.

A unidade da rede estadual de ensino em evidência, que se acha sob o abandono da administração governamental, teve a sua reconstrução iniciada há mais de cinco anos, a qual permanece nos alicerces, fato que vem prejudicando enormemente a numerosa população estudantil de Sabáudia.

Em determinada sala de aula, localizada na parte do prédio que vem sendo precariamente utilizada, encontra-se uma "vaca mecânica", também fora de funcionamento face a péssima situação do prédio, quadro esse que nos dá uma idéia negra e fria do estado reinante naquele estabelecimento de ensino.

O apelo que ora se formula nada mais é do que a reiteração de tantos quantos foram os anteriormente feitos pelo Senhor Jacomo Mosqueti, Prefeito Municipal de Sabáudia, nas várias vezes em que entrou em contacto com o De-

partamento de Edificações e Obras Especiais e, muito embora as repetidas promessas recebidas, nenhuma delas se concretizou, permanecendo atual tal estado de abandono.

REQUER-SE, finalmente, que da manifestação da Casa, desde que aprovado o presente Requerimento, do mesmo seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal de Sabáudia, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da referida cidade e à Associação de Pais e Mestres daquele estabelecimento escolar.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1974.

(a) Muggiati Filho

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 24-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Sabáudia, um Colégio Comercial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1974.

(a) Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

Existe uma grande lacuna no Município de Sabáudia, no setor do ensino. Apesar do enorme contingente estudantil, aquela comuna norte-paranaense se vê privada de um estabelecimento de ensino médio, o que vem acarretando sérios e inúmeros problemas aos pais de famílias ali radicados, pois, aqueles que desejam ver seus filhos galgarem um melhor nível cultural, após a conclusão do ginásio, tem que recorrer aos colégios localizados em outras cidades.

Tal estado de coisas prejudica, invariavelmente, as famílias de poucos recursos que não podem ter seus orçamentos domésticos mais onerados, sendo esta uma das irrefutáveis razões da apresentação do presente Projeto de Lei.

Assim, em face das razões expendidas, apresentamos este Plano de Lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê apoio e aprovação final.

Projeto de Lei n.º 25-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida à viúva Francisca Albanski Martinato, a pensão mensal concedida a Sezinando Martinato da Cruz, pelo Decreto n.º 883, de 25 de abril de 1966, por falecimento do beneficiário.

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente Lei correrá à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) Borsari Neto

JUSTIFICATIVA:

Pelo alto sentido humano e em consonância com as exigências sociais, é de inteira justiça a transferência da pensão concedida pelo Decreto n.º 883, de 25 de abril de 1966, ao Senhor Sezinando Martinato da Cruz, em virtude de seu falecimento, em favor de sua viúva Francisca Albanski Martinato, desta forma, estaria minorando sua precária situação financeira.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

Projeto de Lei n.º 26-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção Municipal de Paranaguá".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1974.

(a) Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente Plano de Lei, declarar de utilidade pública, a "Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção de Paranaguá". Referida Associação congrega os ex-combatentes, os valorosos pracinhas da 2.ª Guerra Mundial, os heróicos integrantes da Força Expedicionária Brasileira, tendo como fundamento a união de seus membros, se propondo dentro de um âmbito apolítico, manter vivo o espírito patriótico e os ideais democráticos e preservar os gestos de heroísmo por eles conseguidos nos campos de batalha em defesa da Pátria.

Assim, considerando o alto sentido que a referida Associação se propõe, esperamos dos nobres Pares o necessário apoio e aprovação do presente Projeto para ulterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao sr. Deputado Antonio Lopes Junior, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Venho à Tribuna para um registro sentimental e talvez, até doloroso. Na tarde de ontem a Assembléia Legislativa suspendeu seus trabalhos de Plenário para homenagear Luiz Carlos Licheski. Nunca, talvez, na história deste Legislativo tivemos uma pessoa semelhante a Luiz Carlos Licheski a comandar este Plenário sempre alegre, sempre comunicativo e sempre prestativo. Era um exemplo do funcionário que se dedica a sua missão e mais que isto sabia comandar seus semelhantes sem nunca se afastar um milímetro sequer do cumprimento exato de suas obrigações.

Era ele que estava em contato permanente com os funcionários do Plenário que se encontravam sob sua direção e também com os srs. Deputados para uni-los e nunca para dividi-los, para orientá-los naquilo que cabia orientar e não para se tornar omisso em determinados assuntos como alguns costumam ser.

Luiz Carlos Licheski não pertence mais ao rol daqueles que tem sua vida material nesta terra. Tudo aqui lembra sua presença. Ninguém poderá entrar neste Plenário, Deputado ou Funcionário, sem sentir a presença de Luiz Carlos Licheski aqui a correr de um lado para o outro, solícito a qualquer pedido fosse de quem fosse. Ninguém poderá vir a esta Tribuna e falar sem

sentir seus olhos que estavam fixos no orador sem, no entanto, deixar de cumprir com sua obrigação neste Plenário.

Luiz Carlos Licheski partiu para o além mas fica fazendo parte integrante de nossa história, de nosso comportamento parlamentar e das atividades deste Plenário. Por isto, apesar de não termos sua presença física, poderemos chamá-lo e a resposta virá em seguida — Luiz Carlos Licheski — presente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença neste Plenário do Sr. Geraldo Bond, Vereador de Francisco Beltrão.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Queremos fazer nossas as palavras que acabaram de ser proferidas neste Plenário pelo eminente colega Deputado Antonio Lopes Junior prestando, desta forma, a nossa homenagem, que já tivemos oportunidade de prestá-la através de Requerimento que encaminhamos à Mesa, pelo infausto desaparecimento do sempre dedicado e prestativo Luiz Carlos Licheski. Deus o tenha em bom lugar e que aquele seu sentido de entusiasmo funcional possa servir de exemplo a todos porque desta vida nada se leva a não ser condição de deixarmos o exemplo pelas obras boas que praticamos, pela vida exemplar que tenhamos vivido.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, srs. Deputados, enquanto manifestamos, por um lado, a nossa tristeza — a vida é cheia de tristezas e de alegrias — manifestamos, por outro lado, a nossa satisfação pelo evento de um acontecimento de grande repercussão para o nosso Estado, que é o reconhecimento, através de decreto presidencial de n.º 73.843, da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná.

Esta Faculdade, Sr. Presidente, srs. Deputados, que nasceu no seio da coletividade estudantil do nosso Estado, que mereceu o apoio de todas as autoridades de então, desde Governador do Estado, Prefeito, esta Casa, esta Assembléia que se manifestou por muitas vezes por nosso intermédio, pela voz atenta de muitos dos seus membros, pela Câmara de Vereadores e pela população de um modo geral, acaba agora de ter a sua concretização final, o seu desfecho feliz depois de quase 6 anos de luta, após ter se verificado a instalação da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, com toda a sua aparelhagem moderna, com a sua equipe de dedicados mestres, com os seus alunos cuja primeira turma de formandos saiu da mesma no ano de 1973 colando o seu grau em Medicina, acaba ela agora, de ter a sua consagração definitiva após esses ingentes esforços junto ao Conselho Federal de Educação, junto ao Ministério da Educação, junto aos Presidentes da República que passaram pelo alto escalão da nossa Pátria, agora num ato bastante louvável, num ato histórico o decreto n.º 73.873 enche de satisfação e alegria a todos os curitibanos aos paranaenses particularmente a Sociedade Evangélica Beneficente e a Diretoria e o Corpo de Professores e alunos da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná.

Encaminharemos logo mais, Requerimento no qual subscritamos um voto de gratidão ao Excelentíssimo Presidente da República e ao Excelentíssimo Ministro da Educação, pela atuação e pela resolução deste magno problema a que todos nós esperávamos e ansiávamos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há 10 meses passados mais ou menos, quando apresentávamos aqui Requerimento pedindo a extinção do IBC, muitos dos Senhores Deputados estranharam e a própria imprensa apenas divulgou que, em manchetes, "Olavo Pede Extinção do IBC", sem que pusesse as razões por que nós pedíamos não a extinção, mas pedíamos que ele fosse transformado em outros órgãos do Ministério da Agricultura e do Ministério da Indústria e Comércio.

Com satisfação hoje lemos, na "Folha de Londrina", de que o novo Presidente do IBC, sr. Camillo Calazans — do Nordeste, um cearense, de um Estado que não tem café e que motivou um cearense, um nordestino, a que viesse ensinar os cafeicultores e viesse dizer exatamente aquilo que nós dissemos desta Tribuna.

Eu vou ler aos Senhores Deputados:

(Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Camillo Calazans, manifestando as congratulações desta Casa por sua iniciativa de desmembrar o Instituto Brasileiro do Café, quando sua parte agronômica passará a pertencer ao Ministério da Agricultura, como Departamento de Café, ficando a comercialização com o Ministério da Indústria e Comércio.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1974.

(a) — Olavo Ferreira".

O desmembramento do Instituto Brasileiro do Café, com a parte agronômica ficando subordinada ao Ministério da Agricultura e a comercialização permanecendo no âmbito do Ministério da Indústria e Comércio, foi anunciado ontem pelo Presidente do IBC, Camillo Calazans, depois de sua entrevista com o Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli.

Segundo Calazans, a iniciativa visa transformar o IBC, de órgão de integração vertical do café, em órgão dividido em setores horizontais que, recebendo subsídios técnicos nos dois Ministérios, terá melhores condições de atuar. "Evidentemente", diz Calazans, "terá que haver uma perfeita coordenação entre os dois setores, o que não será difícil pois não haverá mudança de quadros, apenas uma transferência de uma parte do IBC para funcionar sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, provavelmente com a criação de um Departamento do Café".

Exatamente o que fizemos há alguns meses passados ficamos imensamente satisfeitos e realizados em sabermos que o que dissemos no passado em benefício da cafeicultura, vai ser realizado por um homem que não é da cafeicultura, que veio do Ceará, mas que teve sensibilidade de compreender que não é mais possível existir IBC inoperante. Portanto, meus aplausos ao Requerimento que está sendo feito neste sentido, a este nordestino Camillo Calazans, que teve a coragem, dentro do Governo da Revolução, de realizar um trabalho como este do desmembramento do IBC, indo parte para o Ministério da Agricultura e outro para o da Indústria e Comércio. Iremos encaminhar o Requerimento à Mesa.

Sr. Presidente, não era bem este assunto que queríamos trazer à Casa, mas ficamos com medo de perder a oportunidade. Sr. Presidente, na sexta-feira passada, o nobre Deputado Antonio Belinati, que infelizmente não está aqui presente, fez um Requerimento ao Sr. Ministro Ney Braga, solicitando

a Federalização da Universidade de Londrina. Nós gostaríamos de informar ao Sr. Presidente e aos srs. Deputados, e também ao nobre Deputado, para que fique registrado que as demarches estão sendo feitas há mais de 20 dias. Foi por nós levada à Direção da Arena e esta, de Londrina Municipal, fez memorial ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Ministro Ney Braga, fazendo um pedido que não somente a Universidade de Londrina fosse federalizada, mas também, desde que tivesse condições a Universidade de Maringá e também a de Ponta Grossa. Portanto, acredito que a solicitação do nobre Deputado tenha saído inteiramente fora de época, extemporânea, porque a própria solicitação anteriormente feita já tinha sido publicado na "Folha de Londrina" e gostaria de aproveitar a oportunidade de dar outra informação. O Sr. Governador do Estado está seriamente preocupado com o sistema universitário do Paraná. O Paraná explode no setor universitário. Em Londrina 5 a 6.500 universitários, Maringá com outro tanto, em Ponta Grossa fora Curitiba e S. Exa. sensível como é ao problema universitário, já mandou, autorizou que fossem feitos estudos aprofundados para que se desproporcionasse um internato feminino e o restaurante do Instituto Filadélfia de Londrina, para que, através do restaurante 500 universitários de Londrina e das regiões vizinhas tivessem alimentação ao mais baixo custo possível. Mais ou menos em debates sigilosos nós transmitimos hoje, para que amanhã não venha aqui dizer alguém que foi ele que está sendo, ou que está trazendo a idéia ao Sr. Governador do Estado para a realização da solução deste problema. Quando o Governo do Estado já está inteiramente inteirado do problema e está, inclusive para solucionar o mais breve possível. E é por isso, sr. Presidente, que estamos enviando um Requerimento ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Educação, vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja encaminhado telegrama no teor abaixo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Emilio Gomes e ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios da Educação e Cultura, Cândido Martins de Oliveira:

Assembléia Legislativa Paraná agradece vossencia acolhida apelo por nos dirigido vg assim como diretório municipal Arena Londrina vg sentido aquisição área localizados internato feminino et restaurante Instituto Filadélfia a fim sejam fornecidas 500 refeições diárias et hospedagem 200 estudantes universidade estadual Londrina a qual partir julho próximo contar mais de 6.500 alunos pt referida aquisição se encontra fase adiantada estudos vg vem mais uma vez demonstrar quanto vossencia e sensível problemas afligem classe universitária Paraná pt Oportunidade também agradecemos estudos há mais vinte dias autorizados vistas viabilidade federalização universidade Londrina vg Maringá, et Ponta Grossa vg os quais serão encaminhados ao Exmo. Senhor Ministro Ney Braga da Educação vg conforme solicitação anteriormente feita et já levada público através Folha Londrina pt

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1974".

Era só. Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao nobre companheiro Olavo Ferreira pela sua participação no movimento em prol da federalização da Universidade Estadual de Londrina. É um movimento, que não é apenas da ARENA nem do MDB mas de todo o Norte do Paraná. Se de um lado, a própria ARENA já reivindicou ao Sr. Ministro de Educação, também o MDB endereçou expediente visando transformar a Universidade de Londrina em Estabelecimento Federal. Porque lamentavelmente, num regime de fundação, o estudante para cursar medicina, odontologia ou engenharia, ele é obrigado a pagar 4.100 cruzeiros por ano a título de anuidade. Com isso, o filho do trabalhador não pode mais frequentar uma faculdade paga, porque às vezes e que seu pai ganha é inferior aquilo que teria que pagar mensalmente para que seu filho possa frequentar os bancos universitários. E a transformação daquela universidade em Universidade Federal propiciaria melhor oportunidade para que todos tenham igualdade de ali frequentar a escola. Sr. Presidente, srs. Deputados, gostaria na oportunidade de analisar o problema do conflito que está havendo em Curitiba entre os motoristas de taxi legalizados junto a Prefeitura Municipal da Capital, versus os chamados motoristas "piranhas". Lamentavelmente, a Justiça cumprindo a Lei, determinou a ilegalidade da profissão dos piranhas, e não poderia ter sido outra a decisão da Justiça, porque não seria lícito, um motorista emplacar o seu carro em Campina da Lagoa, Bocaiuva e outros Municípios, e vir concorrer de maneira desleal com motoristas que emplacavam seus veículos junto à Prefeitura Municipal de Curitiba. É um problema cheio de erros, é um problema que apesar da decisão da Justiça, ainda persiste e continua existindo cada dia, com maior gravidade na nossa Capital. Porquanto os "piranhas" continuam trabalhando. E há uma revolta, até natural daqueles que estão trabalhando com suas chapas de Curitiba, porque querem eles, o cumprimento da Justiça.

Mas, gostaríamos aqui também de dizer, em relação aos "piranhas" propriamente ditos, que entendemos ser um problema humano, porque ficaram de um momento para outro, sem o direito de trabalhar; acataram a decisão da Justiça, souberam entender, mudaram de profissão venderam seus carros e estão buscando outros meios de vida. E, de outro lado, vimos que uma grande parcela de responsabilidade cabe também aos srs. Prefeitos das áreas metropolitanas. Existem cidades em que 3 ou 4 táxis seriam mais do que suficientes, para atender a população local; mas os prefeitos na ganância de arrecadarem algum dinheiro a mais, emplacaram 100 e até 200 carros, em sua cidade, buscando tão somente os altos interesses pecuniários da Prefeitura Municipal.

O próprio DETRAN, não pode ficar isento de culpa, se o DETRAN é quem fornece as placas e estava vendo que em Campina Grande do Sul estavam sendo emplacados quase 200 carros; caberia ao DETRAN, ele próprio, alertar que uma grave irregularidade estava ocorrendo. É um problema complexo que deve merecer a atenção das nossas autoridades, porque a cada dia que passa, a cada instante, o problema vai se agravando. Hoje os motoristas de Curitiba estão quase que treinados em choque pessoal com aqueles que estão fazendo concorrência, porque eles acompanharam pela imprensa, a decisão da Justiça, e viram que a Justiça assegurou o Direito do motorista com o carro emplacado em Curitiba, de aqui trabalhar, cerceando aquele que vem de fora trabalhar para apanhar passageiros em nossa Capital. É preciso uma seriedade cada vez maior por parte daqueles que têm a responsabilidade de emplacar carros, não apenas em Curitiba mas em qualquer outra cidade do nosso Estado. Os Prefeitos devem ser responsa-

bilizados, porque sabiam eles que uma enorme quantidade de táxis estavam sendo emplacados para vir trabalhar em Curitiba. Como também o DETRAN deve ser chamado à responsabilidade para que doravante não tenhamos mais estes erros cometidos pelo DETRAN e para que amanhã não tenha o próprio DETRAN que entrar em ação para punir aquele que, trabalhando por uma placa concedida pelo mesmo DETRAN.

E de se lamentar, se por um lado o DETRAN emplaca 200 carros para uma pequena cidade e se vê obrigado, ele próprio, a colocar os seus batentes, para trazer a normalidade o problema de táxis. Para que se possa acabar com a discussão entre motoristas e para que possamos ter a paz e ter preservados os direitos daqueles que estão com sua situação legalizada, gostaríamos, sr. Presidente, srs. Deputados de chamar a atenção das nossas autoridades, porque vemos os nossos motoristas, percorrendo a cidade em várias partes e ninguém sabe quem cabe a culpa, por este grave problema. É preciso tanto os Prefeitos como o Detran, com os Prefeitos das áreas metropolitanas, possam fazer tão somente aquilo que está dentro da lei.

Era isto, sr. Presidente, srs. deputados, que queríamos dizer, para que possamos ter motoristas trabalhando com tranquilidade, sem aborrecimentos, sem entrar em desentendimentos pessoais com seus colegas, com aqueles que são os profissionais do volante, uma profissão espinhosa, porque, ser motorista é trabalhar espinhosamente: chuva, sol, sereno, frio ou calor; está o motorista sempre pronto para servir à nossa comunidade. Enfrentando os engarrafamentos de trânsito, estradas mal sinalizadas, estradas onde não há a menor assistência ao motorista. E vemos, por outro lado motoristas que acabam sendo assassinados no cumprimento do dever, quando buscam o sustento para a esposa, para os filhos, quando estão trabalhando para pagar o aluguel e manter o lar.

Estes motoristas que correm risco de vida devem ter preservada a liberdade e por isso que a lei seja integralmente cumprida para alegria de todos, é o que esperamos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Vimos à Tribuna para transcrevermos nos Anais da Casa uma nota de protesto expedida pela Direção Nacional do MDB. Não o fazemos entretanto, srs. Deputados, como um simples dever de ofício pela condição de nós caber a honra de presidir o Diretório Regional do MDB do Paraná, mas principalmente porque o Diretório Nacional de nosso Partido tem na sua Presidência o emérito Deputado Ulisses Guimarães, figura por todos os títulos respeitável e cuja dosagem de equilíbrio, de bom senso e acurado sentido jurídico em suas manifestações, tem lhe valido à frente de nossa agremiação partidária que representa as forças da minoria neste País, o respeito do próprio Partido situacionista.

E pois com este sentido, não de solidariedade puramente particular, mas sim de uma solidariedade consciente a um ato que sabemos gerado com o sentido eminente de responsabilidade por parte do Diretório Nacional, que passamos a ler, para que fique registrada nesta Casa, a nota expedida pela Direção Nacional do MDB, a propósito dos acontecimentos que envolveram o Deputado Federal Francisco Pinto.

Na sua íntegra, a nota da Comissão Executiva Nacional do MDB é a seguinte:

"A Direção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, ciente da comunicação feita à Mesa da Câmara dos Deputados pelo sr. Ministro da Justiça, de que o Governo decidiu promover a responsabilidade penal do Sr. Deputado Francisco Pinto, como incurso na Lei de Segurança Nacional, por haver, no exercício do mandato, proferido discurso considerado ofensivo ao Chefe da Junta Militar do Governo do Chile, General Augusto Pinochet, vem publicamente protestar contra mais este atentado ao instituto da inviolabilidade parlamentar, que se junta ao da censura constante aos pronunciamentos da Oposição.

O Movimento Democrático Brasileiro sempre reconheceu proclama e incluiu em seu programa que todo parlamentar é inviolável "por suas opiniões, palavras e votos" requisito indispensável ao independente funcionamento do Poder Legislativo, como ocorre, em regra, nas nações democráticas e constitui tradição constitucional brasileira desde o Império.

As críticas, ainda que veemente, encontram condições para serem refutadas ou contestadas no próprio Parlamento pelos seus membros que deles divirjam e sua publicação está condicionada a normas constitucionais e regimentais.

O governo entretanto, preferiu substituir a ausência do revide parlamentar por desproporcionada reação que traumatiza a consciência democrática do povo brasileiro e dificulta a concretização do anseio de pacificação nacional, gerando intranquilidade que atinge e perturba profundamente o processo eleitoral em curso.

O MDB acompanhará o desenrolar dos acontecimentos atento a cada ocorrência, objetivando a defesa do nobre Deputado Francisco Pinto, à preservação dos direitos e garantias individuais e das prerrogativas institucionais, peculiares à Oposição, como órgão de crítica e fiscalização, no interesse do povo brasileiro".

Requeiro, sr. Presidente, que se dê, oficialmente, ciência ao Presidente nacional do MDB, Senhor Deputado Ulisses Guimarães e ao Deputado Francisco Pinto, da leitura e transcrição nos Anais desta Casa, da nota oficial publicada pelo Movimento Democrático Brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 38 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos srs. Deputados;

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 62.73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que propõe novo Regimento Interno para a Assembléia Legislativa do Paraná. Com parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

Sobre o referido Projeto de Resolução 62.73, há um Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso que diz: (Lê):

"Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, a constituição de uma Comissão Especial, composta de 3 (três) Srs. Deputados, com a finalidade específica de examinar e opinar sobre o Projeto de Resolução n.º 62/73 — Novo Regimento Interno da Assembléia já constante da Ordem do Dia sem haver merecimento dos órgãos técnicos da Casa estudo mais detido e minucioso, de vez que a Comissão de Constituição e Justiça, que apreciou a matéria, apenas opinou sobre a legitimidade da iniciativa individual de apresentação da proposição.

Importando a aprovação deste em revogar a urgência anteriormente concedida ao Projeto, propõe, também, que seja determinado prazo razoável para a Comissão desincumbir-se de seu encargo, por V. Exa. de-ofício ou pelo Plenário, para tanto consultado".

O SR. PRESIDENTE — (Pela Ordem) Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos a oportunidade de encaminhar à Mesa, a propósito da tramitação da presente Resolução que se encontra em discussão, um Requerimento em que pedimos a sua retirada por dez Sessões. Como se trata de um Requerimento prejudicial do outro e tendo em vista que, por longo espaço de tempo, debatemos pessoalmente com o ilustre autor do Requerimento, Deputado Igo Losso, com relação aos seus motivos, que entendemos os mais justos possíveis e, bem assim, por termos mantido entendimento com as Lideranças desta Casa no sentido de que o Projeto tenha a sua tramitação normal pedimos a V. Exa. que dê preferência para votação do Requerimento que pede a retirada do Projeto por dez Sessões consultando, no caso, se houver necessidade, o próprio autor do Requerimento, Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, na verdade, queremos confirmar o que acaba de ser proferido pelo Deputado Muggiati Filho.

Tendo em vista ter havido um entendimento entre as Lideranças e entre S. Exa., como autor do Projeto de Resolução e nós que havíamos pedido a constituição de uma Comissão Especial para estudo do Regimento Interno, e encontrado um ponto de vista comum no sentido de que houvesse a retirada por dez dias, a fim de que os Srs. Deputados possam ter uma oportunidade para apreciar a matéria que é de grande importância para esta Casa, solicitamos a retirada de nosso Requerimento para que possa ser votado o Requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a solicitação do Deputado Igo Losso e, nestas condições, submete à apreciação do Plenário Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho que requer a retirada, da Ordem do Dia por dez dias do Projeto de Resolução n.º 62-73. — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36-70, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 9-70, que eleva para Cr\$ 161.646.988,00 (cento e sessenta e um milhões seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e oito cruzeiros novos), o limite da garantia do Estado, em contrato de financiamento celebrado pela ELETROBRÁS e ELETROCAP, de que tratam as leis que especifica Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19-72, de autoria do Dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo construir uma Unidade Escolar com 3 (três) salas de aulas, no Distrito de Malú, Município de Terra Boa. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 19-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma unidade escolar com 3 (três) salas no Distrito de Malú, Município de Terra Boa.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta lei correrá à conta da dotação 72-6-9-50-12-0, do Programa Edificações para o atendimento dos Serviços da Secretaria de Educação e Cultura, constante do Orçamento Geral do Estado, Lei n.º 6.253, de 3 de dezembro de 1971.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1972.

(a) Armando Queiroz

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente Proposição é dotar o Distrito de Malú, pertencente ao Município de Terra Boa, de uma unidade escolar que venha a possibilitar às crianças o acesso à instrução primária, o que é um dever do próprio Poder Público.

O Orçamento Geral do Estado para o presente exercício financeiro prevê verba específica para a construção de obras públicas, no setor da Educação e Cultura, não importando o presente projeto, dessa maneira, em aumento da despesa orçada.

Assim, esperamos que a nossa iniciativa venha a obter a indispensável acolhida dos Nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 19-72

AUTOR: DEP. ARMANDO QUEIROZ

P A R E C E R

O objetivo da presente proposição é dotar o Distrito de Malú, pertencente ao Município de Terra Boa, de uma unidade escolar que venha a possibilitar às crianças da região o acesso à instrução primária, como salienta o autor da proposição em sua brilhante justificativa.

Como é política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, louvamos a presente iniciativa e não havendo qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional, opinamos que a presente proposição seja aprovada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 19-72

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: — Dep. ARMANDO QUEIROZ

Tratando-se de projeto meramente autorisatório, não há nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, dará os elementos financeiros para a construção e funcionamento da Unidade Escolar. Somos pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

Antonio Lopes Júnior — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 19-72

AUTOR: Dep. ARMANDO QUEIROZ

PARECER

De autoria do nobre Deputado, digo, ex-Deputado Armando Queiroz, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo a construir uma unidade escolar com três salas de aulas, no Distrito de Malú, Município de Terra Boa.

As Duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, em sua vida oportunidade, opinaram pela aprovação do Projeto.

No âmbito desta Comissão, não vemos nenhum óbice que se possa antepor à aprovação do Projeto, ainda mais tratando-se da ampliação da rede de ensino do Estado, cujos benefícios são indiscutíveis para toda a região.

Pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134-72, de autoria do Dep. João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Piraquara e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 134-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio no município de Piraquara, Pr., para instalação e funcionamento no ano letivo próximo vindouro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 18 de agosto de 1972.

(a) João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

O Município de Piraquara, Pr., geograficamente próximo à Capital do Estado por uma série de fatores estruturais até o presente não conta com nenhum estabelecimento de formação profissional de nível médio o que vem determinando que significativo contingente de jovens deixe de prosseguir seus estudos após o término do curso ginásial, impedidos que são por diversas circunstâncias entre as quais as condições sócio-econômicas de suas famílias, de se deslocarem diariamente daquela cidade para Curitiba em busca de mais elevado grau de instrumentação técnica para se realizarem na luta pela afirmação pessoal de cada um no seio da comunidade. Tal fato, entretanto, não se justifica, pois a cidade de Piraquara dispõe de vida autônoma em todos seus setores de atividade devendo também emancipar-se no do ensino, sendo que suas escolas primárias e de nível ginásial concedem segura infra-estrutura educacional para instalação de uma estabelecimento técnico de nível médio, como o que estamos propondo com o presente projeto de lei.

Ensejando-se à mocidade estudiosa do município auferir conhecimentos técnicos-profissionais no próprio local onde reside, são vários os fatores positivos para melhor assimilação dos currículos ministrados além de ser incentivo poderoso ao desenvolvimento da região, eis que, muitos jovens que tiveram estacionadas suas aspirações ao nível de suas possibilidades verão então despertar desconhecida ou adormecida vocação profissional e reintegrar-se ao estudo, constituindo-se em futuro próximo significativos elementos para o desenvolvimento da cidade.

Por outro lado, havendo o Governo Federal outorgado à Campanha Nacional de Escolas de Comunidades faculdade de firmar acordos com Governos — estaduais ou municipais — para instalação de unidades de ensino profissional técnico de nível médio, entendemos que não haverá maiores obstáculos ao Governo do Estado para concretizar a medida ora proposta, aspiração justa das forças vivas da cidade de Piraquara.

Os nobres Deputados também assim o entenderão e certamente darão ao presente seu honroso e indispensável apoio integrando-se, assim, ao processo de emancipação sócio-econômica-educacional que pretendemos promover em benefício daquela ponderosa parcela da comunidade paranaense.

Palácio "Denezove de Dezembro", 18 de agosto de 1972.

a) — João C. Fadel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 134-72

I — De autoria do ilustre Deputado João C. Fadel, o Projeto de Lei em tela autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio, no Município de Piraquara.

II — Examinada a proposição, constata-se que a mesma está articulada e justificada como exige o Regimento Interno, e, do ponto de vista constitucional e legal, está em condições de ser aprovada pela Casa.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Quielise Crisóstomo da Silva — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER
AO PROJETO DE LEI N.º 134-72

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado João Calil Fadel, autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Piraquara, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2 — Referida proposição, apreciada na douda Comissão de Constituição e Justiça, já mereceu parecer favorável.

3 — A pretensão do autor é oportuna e de justiça, razão pela qual não vemos qualquer impedimento na APROVAÇÃO da referida proposição que ora nos é dada a examinar nesta Comissão de Finanças.

É o parecer, em 30-5-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Gilberto Carvalho — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 134-72

PARECER

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado João Calil Fadel, visa autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio, em Piraquara, neste Estado, para instalação e funcionamento no ano letivo próximo vindouro.

Sobre a referida matéria, as Duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, já opinaram, em sua devida oportunidade, pelo acolhimento da Proposição.

Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, não vemos nenhum óbice que se insurja contra o acolhimento da iniciativa, razão pela qual opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Alvaro Dias — Relator.

(Assinatura ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173-72, de autoria do Deputado Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Ouro Fino a Freguezia, no Município de Almirante Tamandaré. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 173-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a localidade de Ouro Fino a de Freguezia, no Município de Almirante Tamandaré, numa extensão de 20 km, aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(a) Cândido Manuel Martins de Oliveira

JUSTIFICAÇÃO:

A proposição que ora levamos à consideração dos ilustres Pares, é de alta relevância, tendo em vista a importância econômica da referida estrada para aquela região, de vez que por ela se processa escoamento dos produtos para os centros consumidores, devendo, por isso, ser mantida em boas condições de tráfego.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 173-72

I) — Iniciativa das mais oportunas, pois o objetivo principal do Projeto é dar melhores condições para o escoamento dos produtos dessa região.

Sendo o Estado do Paraná ainda essencialmente agrícola, nada mais justo do que permitir que o Departamento de Estradas de Rodagem coopere com o Município de Almirante Tamandaré na conservação desta estrada, a qual vai contribuir para maior arrecadação estadual.

II) — Nenhum impedimento de ordem legal ou constitucional existe, que se possa antepor ao Projeto.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27-6-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 173-72, de autoria do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem — DER-PR —, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Ouro Fino a Freguezia, no Município de Almirante Tamandaré, Pr.

2. Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da proposição, conforme se depreende de seu R. Parecer de fls., dos Autos, e tendo em vista ser evidente o interesse das comunidades a serem beneficiadas com a concretização da medida proposta, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar seu apoio ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 1973

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado João C. Fadel — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 173-73

PARECER

O nobre Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, apresenta o presente Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a localidade de Ouro Fino a de Freguezia, no Município de Almirante Tamandaré, numa extensão de 20 km, aproximadamente.

As Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, em sua devida oportunidade, opinaram pelo acolhimento da matéria.

Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, não vemos nenhum obstáculo que se lhe possa antepor, pelo que opinamos pela sua APROVAÇÃO e o parecer.

Sala das Comissões, em 09-11-73

Borsari Netto — Presidente.

Deputado Arthur de Souza — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179-72, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola na cidade de Cascavel e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 179-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Agrícola na cidade de Cascavel, Pr., devendo ser instalado para funcionamento no ano letivo de 1973 próximo vindouro.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezesseis de Dezembro", 11 de outubro de 1972.

Odilon Reinhardt — Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cascavel tem projeção especial no cenário agrícola do Estado porque sua contribuição na produção de cereais e leguminosas tem apresentado maiores parcelas a cada sucessão de ciclo, sendo que, hoje, em muito o lastro da economia agrária do Paraná encontra-se na razão direta da maior ou menor produtividade por safra daquela região.

Entretanto, embora preponderantemente o Município exerce a atividade rural ainda não conta com nenhum estabelecimento de formação agrícola, a nível médio, destinado a instrumentar adequadamente através do conhecimento de técnica e uso de implementos que deem maior rentabilidade às culturas, a imensa legião de jovens filhos de agricultores que, naturalmente, estão seguindo a mesma ocupação dos pais. É uma falha sentida na infra estrutura pelo desenvolvimento agrário do Município, principalmente se levarmos em conta que, hoje em dia, atividade agrária é, mais do que nunca, conhecimento e aplicação de técnicas que não promovam o desequilíbrio ecológico, antes o incentive, para que a presença do homem não seja predatória nem cause exaustão prematura às glebas por sua exploração inadequada. Assim, o GINÁSIO AGRÍCOLA cuja criação estamos pretendendo, poderá constituir-se em poderoso elemento de incentivo à agricultura regional além de tornar-se, naturalmente, pólo atrativo de todas as cidades compreendidas na região geo-econômica com os naturais e benéficos reflexos para toda uma comunidade ativa e dedicada à construção do progresso do Estado.

O Poder Executivo certamente não encontrará maiores obstáculos à concretização da medida pois, estando o Governo Federal firmemente dedicado à expansão da agricultura do País, certamente através do Ministério respectivo ou de outros institutos afins saberá encontrar meio de firmar convênio para financiamento no todo ou em parte da instalação do GINÁSIO AGRÍCOLA.

Os nobres Deputados que bem entendem o valor do incentivo à aquisição de conhecimentos técnicos de nível médio para aplicação na agricultura certamente também entenderão oportuno o presente projeto de lei e dar-lhe-ão seu honroso e indispensável apoio.

Palácio "Dezesseis de Dezembro", 28 de agosto de 1972.

Odilon Reinhardt — Deputado Estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 179-72

De autoria do Deputado Odilon Reinhardt, o presente Projeto de Lei, autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Agrícola na cidade de Cascavel e dá outras providências.

Trata-se de proposição meramente autorizatória, não encontrando, por isso, óbice de natureza constitucional ou legal.

Pela aprovação.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Quilse Crisóstomo da Silva — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

PARECER

Comissão de Finanças

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 179-72, de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola na cidade e município de Cascavel, Pr., e dá outras providências.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado, em seu R. Parecer de fls. sobre a constitucionalidade e legalidade da proposição e, por outro lado, sendo evidente o interesse comunitário de toda a região oeste da qual a cidade de Cascavel é polo-irradiante pela concretização da medida pleiteada, não vê, esta Comissão de Finanças, no seu âmbito de análise, como deixar de dar sua aprovação entusiástica ao Projeto de Lei testilhado.

Pela Aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1973.

as. ilegível — Presidente

JOAO C. FADEL — Relator

três as. ilegíveis.

Comissão de Instrução Pública

PARECER ao Projeto de Lei n.º 179-72.

I) — Iniciativa das mais oportunas, mórmente num Estado cuja produção principal é derivada da agricultura.

Assim sendo devemos dar o maior apoio possível à criação de um estabelecimento de formação agrícola, tão necessário nesta época em que o Paraná e o Brasil estão incentivando a expansão da agricultura.

II) — Esse parecer é favorável a sua aprovação, na forma de um Substitutivo anexo que atende a melhor técnica legislativa.

Sala das Comissões, em de de 1973.

as. ilegível — Presidente

ROSARIO PITELLI — Relator

as. ilegível

Comissão de Instrução Pública

SUBSTITUTIVO

Ao Projeto de Lei n.º 179-72

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Agrícola, na sede do município de Cascavel, para instalação e funcionamento no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de de 1973.

as. ilegível — Presidente

ROSARIO PITELLI — Relator

as. ilegível

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 190-72, de autoria do Dep. Luiz Roberto Soares, que inclui na lista para promoção por merecimento a Entrância Especial, os Agentes do Ministério Público de Entrância Intermediária conforme específica e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. Rejeitado, o Projeto.

Projeto de Lei n.º 190-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Todos os agentes do Ministério Público da entrância intermediária que tenham prestado serviços por mais de dois anos consecutivos na Procuradoria Geral da Justiça até 31 de dezembro de 1971, serão incluídos na lista para promoção por merecimento à entrância final.

Parágrafo único — A inclusão e a manutenção de que tratam este artigo independem das providências previstas nos artigos 53 e 54 da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968.

Art. 2.º — Os promotores de justiça incluídos na lista para promoção à entrância final por força desta lei, até à sua efetiva promoção, serão designados para exercer a função na entrância final.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26-10-72.

(a) Luiz Roberto Soares

JUSTIFICATIVA:

É medida administrativa comum que, após a utilização de servidor em cargo mais elevado e relevante do que o que ocupa efetivamente, não se o revolva à sua condição anterior, por inferior, mas se o mantenha na situação precária. É inclusive, a equidade que orienta tal atitude. Não se pode permitir que um funcionário, após exercer função superior e, por isso, sofrer restrições, talvez, na classe, seja devolvido ao cargo anterior sujeito a pressões de toda a espécie.

Assim ocorre na administração federal, no Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, onde os delegados regionais, após abandonarem os cargos, são agregados. Também nas Forças Armadas, através do mesmo instituto de agregação.

Ora, a mudança de chefia do Ministério Público estadual não pode representar prejuízo efetivo àqueles promotores de justiça que, no exercício de sua função, foram convocados pelo Procurador Geral da Justiça para funções na segunda instância as quais são irrecusáveis, como determina o Estatuto do Ministério Público, lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968 (a contrário sensu do art. 115, parágrafo único; disposição expressa: art. 84, 2.a parte).

Assim, nada mais justo que a proteção àqueles que serviram ao Ministério Público em segunda instância e, por simples mudança de Procurador Geral, vêem-se na contingência de retornarem às suas comarca de origem sem que nada tenham feito para isso.

Deve-se ter em conta que a Administração Pública é uma só e por ela há responsabilidade de todos os que a exercitam. A responsabilidade pela convocação é do Ministério Público, nunca apenas de determinado Procurador Geral.

Nada mais justo que o reconhecimento do merecimento, que orientou a convocação, seja efetivado definitivamente.

Senhor Promotor:

Acuso o recebimento do telegrama de Vossa Senhoria sobre o anteprojeto de Lei do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares e comunico-lhe que o referido expediente foi objeto de leitura em Sessão Plenária do dia de hoje para conhecimento dos Senhores Parlamentares.

Na oportunidade apresento a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e distinta consideração.

WILSON FORTES — Presidente

Ao Senhor

EROS MARTINS DO AMARAL

Mui Digno Promotor de Justiça na Entrância Intermediária de Comarca de ASTORGA — PR.

Procuradoria Geral da Justiça

Conselho Superior do Ministério Público

Curitiba, 1.º de novembro de 1972

Gabinete n.º 154

1. — protocolo-se

2. — Ao D.A., para incluir no Expediente, e acusar recebimento.

3. — Ao D.L., para anexar no Projeto de Lei em tela.

Em, novembro de 1972.

as. ilegível — Presidente

Em atenção à deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, tendo a honra de encaminhar a Vossa Excelência por cópia, a proposição aprovada por unanimidade em sessão ontem realizada.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

EDDIE SANTOS RIBAS — Procurador Geral da Justiça e Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes,

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

NESTA CAPITAL.

Ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Eddie Santos Ribas, Digníssimo Procurador Geral da Justiça e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público.

Não mais é admissível a apresentação de projetos de caráter pessoal, nos dias de hoje, como aquele que a imprensa local noticiou, teria sido apresentado por ilustre Deputado, que por certo desavisado e desatento procurou estabelecer critério de aferição de merecimento, que contraria os

interesses do Ministério Público do Paraná, pois visa estabelecer privilégios para uns, em detrimento dos demais integrantes da carreira, que mourejam no interior do Estado, buscando galgar os degraus da carreira, com observância do que a lei estabelece e com respeito a princípios éticos que devem orientar a conduta de todo representante da nobre Classe.

Inconstitucional, parece-nos, o projeto que busca atender a alguns que prestaram serviços junto à Procuradoria Geral da Justiça, colocando-os em lista de merecimento e estabelecendo a obrigatoriedade de convocação para permanência na Capital.

Tal iniciativa, além de não atender aos reclamos do Ministério Público do Paraná, colide com normas constitucionais como sejam as do artigo 25, § 1.º, letra "c" da Constituição do Paraná, perfeitamente afinadas com o que estabelece o artigo 57, inciso V, da Constituição da República.

Com essas considerações, pedimos ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, que por ofício, manifeste, ao Exmo. Sr. Dr. Pedro Viriato Parigot de Souza, honrado e digno Governador do Estado, ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa aos Líderes das Bancadas da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro, a desaprovção deste órgão do Ministério Público do Paraná ao Projeto apresentado pelo digno Deputado Luiz Roberto Soares, cuja apresentação foi noticiada no jor-digno "Gazeta do Povo", do dia 28 do corrente mês, confiando que a douda Assembléia Legislativa rejeita tal projeto, pelos motivos já anunciados, que com isto estará prestando relevante serviço ao Ministério Público e ao próprio Estado.

Solicitamos, ainda, que igual proposição seja encaminhada aos ilustres Presidentes dos Diretórios Estaduais dos dois Partidos Políticos Nacionais. Curitiba, 31 de outubro de 1972. Acyr Saldanha de Loyola Eduardo Correa Braga Cadi Jorge Barbosa

Senhor Procurador Geral: Acuso o recebimento de ofício de Vossa Excelência sob o n.º 154, datado de 1.º do mês em curso, encaminhando cópia da proposição aprovada por unanimidade pelo Conselho Superior do Ministério Público. Outrossim, comunico-lhe que o referido expediente foi objeto de leitura em Sessão Plenária de hoje, para conhecimento dos Senhores Parlamentares. Reitero a Vossa Excelência na oportunidade os meus protestos de alta estima e distinta consideração. WILSON FORTES — Presidente A Sua Excelência o Senhor Eddie Santos Ribas Digníssimo Procurador Geral da Justiça e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público. N/CAPITAL.

Curitiba, 6 de novembro de 1972.

Ofício n.º 131-72 Senhor Presidente, Tenho a elevada honra de me dirigir a Vossa Excelência com o escopo de transmitir o pensamento dos integrantes do Ministério Público do Paraná no que se refere a apresentação de um projeto à consideração dessa douda Assembléia e pelo qual se pretende a modificação do que dispõe a Carta Magna do País e Leis Ordinárias do nosso Estado, sobre o critério de ingressos em listas de promoções na carreira do Ministério Público do Paraná. É voz geral entre os membros do Ministério Público que o aludido projeto, de caráter personalíssimo, segundo se lhes afigura tende tão só a desestimular, desencantar a tantos quanto no Ministério Público, dão de si para receber do Conselho Superior do Ministério Público o sufrágio de seus nomes, em votação secreta do Colégio, para integrarem por merecimento listas de promoção.

Sob outro aspecto, sem dúvida, trata-se de projeto inconstitucional, porque cabe na esfera federal ao Poder Executivo a modificação da estrutura jurídica de seus servidores na esfera estadual a iniciativa da alteração da situação jurídica dos servidores públicos, compete ao Poder Executivo.

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Wilson Fortes Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado N/CAPITAL. Nessa conformidade, solicito o empenho de Vossa Excelência no sentido de que não prospere o projeto em questão, vez que vem de encontro aos interesses da classe, sendo, além do mais inconstitucional. Na oportunidade reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO — Presidente

Ofício n.º SC-444-72.

Curitiba, 04 de dezembro de 1972.

Senhor Presidente: Acusamos o recebimento do ofício de Vossa Senhoria de n.º 131-72, protocolado nesta Casa sob o n.º 9322-72 e comunicamos que o assunto constante do referido expediente, foi objeto de leitura em Sessão Plenária de hoje, para conhecimento dos Senhores Deputados e posteriormente o processo foi anexado ao Projeto de Lei. Na oportunidade apresentamos a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração. WILSON FORTES — Presidente Ao Senhor Jeronimo de Albuquerque Maranhão Mui Digno Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público NESTA CAPITAL. Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 190-72

I — O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, pretende sejam incluídos na lista para promoção à entrada final, por merecimento, todos os agentes do Ministério Público de entrada intermediária que tenham prestado serviços por mais de dois anos consecutivos na Procuradoria Geral da Justiça até 31 de dezembro de 1971. II — Como se pode verificar pela documentação anexa do Conselho Superior do Ministério Público e da Associação Paranaense do Ministério

Público, o projeto não está conforme com o sentimento predominante de justiça e com as normas constitucionais.

Opinamos, portanto, pela rejeição da matéria.

É o parecer. Sala das Comissões, 27-6-73. as. ilegível — Presidente as. ilegível — Relator quatro as. ilegíveis

Comissão de Finanças PROJETO DE LEI N.º 190-72

AUTOR: Deputado Luiz Roberto Soares. Sumula: Inclui na lista para promoção por merecimento a entrada especial, os Agentes do Ministério Público de entrada intermediária, conforme especifica e dá outras providências.

PARECER O desiderato do Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, é incluir na lista para promoção por merecimento à entrada final, todos os Agentes do Ministério Público da entrada intermediária, que tenham prestado serviços por mais de dois anos consecutivos na Procuradoria Geral da Justiça até 31 de dezembro de 1971. A Douda Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, opinou pela rejeição do Projeto. No âmbito desta Comissão, ou seja, o aspecto financeiro, a medida enfocada não encontra amparo legal por ser da competência exclusiva do Senhor Governador do Estado, a iniciativa da matéria ora proposta. Acompanhamos o parecer da Douda Comissão de Constituição e Justiça pela Rejeição da Propositura.

É o parecer. Sala das Comissões, em 26-11-73. as. ilegível — Presidente FRANCISCO ESCORSIN — Relator três as. ilegíveis

1ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 60-73, de autoria do Dep. Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo construir estrada que dê acesso à sede do Município de Bituruna até a rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória neste Estado, até Erechim no Estado do Rio Grande do Sul. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 60-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma estrada que dê acesso à sede do Município de Bituruna até a rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória até Erechim no Rio Grande do Sul. Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 24 de abril de 1973. DOMICIO SCARAMELLA — Deputado Estadual duas as. ilegíveis

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente Plano de Lei, pelo fato de que o Município de Bituruna, célula importante do contexto municipal paranaense, não possui estradas condizentes com o seu progresso. Com a construção da via pleiteada, em muito viria se beneficiar aquele Município que teria, quando pronta, uma vazão rápida, através da BR-153, a rodovia Transbrasiliana, de seus produtos agrícolas e pastoris para toda a parte do País. O que se pleiteia, sr. Presidente, não é utópico. São apenas 30 quilômetros que separam Bituruna da referida rodovia. Atualmente este município só possui acesso até a sua sede através de duas rodovias em relativo estado de conservação, que oscila seu tráfego conforme a incidência de chuvas. O propalado acesso à BR-153, resolveria completamente o problema, razão pelo qual, confiamos na aprovação do projeto em questão pelos nossos pares.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 60-73

AUTOR: Deputado Domicio Scaramella.

PARECER De autoria do nobre Deputado Domicio Scaramella, o presente projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a construir uma estrada que dê acesso à sede do Município de Bituruna até a rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória até Erechim no Rio Grande do Sul. Justificando o presente plano de lei, o nobre Deputado autor da proposição, salienta que o referido Município, célula importante no contexto municipal, não possui estradas condizentes com o seu progresso e o que se pleiteia são apenas 30 quilômetros de estradas que separam Bituruna da referida rodovia. Sob o aspecto constitucional, legal e jurídico a propositura é escorreita. Quanto à sua oportunidade nada há a contestar. Destarte, opinamos pela Aprovação do Projeto. É o Parecer. Sala das Comissões, em 9.5-73. as. ilegível — Presidente PAULO CAMARGO — Relator oito as. ilegíveis

Comissão de Finanças e Orçamento

PROJETO DE LEI N.º 60-73

AUTOR: Deputado Domicio Scaramella

PARECER O desiderato da presente proposição, de autoria do nobre Deputado Domicio Scaramella, é autorizar o Poder Executivo, a construir uma estrada que dê acesso à sede do Município de Bituruna até a rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória até Erechim no Rio Grande do Sul. A Douda Comissão de Constituição e Justiça já opinou pelo acolhimento da medida.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não há óbice que se lhe anteponha, tratando-se de medida autorizatória ao Poder Executivo.

Assim sendo, opinamos pela Aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões em 27 de junho de 1973.

as. ilegível — Presidente
ALVARO DIAS — Relator
duas as. ilegíveis

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PROJETO DE LEI N.º 60-73

AUTOR: Deputado Domicio Scaramella.

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Domicio Scaramella, autorizando o Poder Executivo a construir uma estrada de rodagem que dê acesso à sede do Município de Bituruna até a rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória até Erechim no Rio Grande do Sul.

As Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, em sua devida oportunidade, opinaram pela aprovação do Projeto.

No âmbito desta Comissão, não se insurge nenhum obstáculo que possa impedir a tramitação normal do Projeto.

Assim sendo, opino pelo ACOHIMENTO da Propositura.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.XI-73.

BORSARI NETTO — Presidente
ANTONIO BELINATI — Relator
três as. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 68-73, de autoria do Dep. Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada com pavimentação asfáltica que dê acesso à sede do Município de União da Vitória pela BR-153, como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 68-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma estrada, com pavimentação asfáltica que dê acesso à sede do Município de União da Vitória à BR-153, com início na região denominada Ponta do Rio da Areia, na estrada estadual entre a citada sede e Porto Vitória, num percurso de cinco quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1973.

(a) DOMICIO SCARAMELLA

Tem o presente Plano de Lei a sua justificativa. União da Vitória tem apenas a lhe servir, como fonte de escoamento de sua produção, a BR-476, que lhe permite um trânsito contínuo. As demais estradas apenas são usufruídas conforme as condições climáticas. Com o desejado acesso à BR-153, a chamada rodovia Transbrasiliana, de integração nacional, poderia o Município aproveitar melhor e mais rápida a exportação de seus produtos para o resto do País.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 68-73

I) — Como bem demonstra a justificativa do Projeto, o asfaltamento pleiteado somente benefícios trará ao Estado. Permitirá que no futuro, quando da ligação da rodovia Transbrasiliana à sede deste Município, haja boas condições de acesso, facilitando assim a entrada dos veículos em trânsito.

II) — Impedimento de ordem legal ou constitucional não existe para se antepor ao Projeto

Nosso parecer é favorável à aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 30-5-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 68-73

Com o presente Projeto de Lei, objetiva o Senhor Deputado Domicio Scaramella, autorizar o Poder Executivo a construir uma estrada asfáltica, ligando a sede do Município de União da Vitória à BR-153.

Encaminhada a iniciativa do ponto de vista financeiro, chegamos a conclusão de que a mesma está em condições de ser aprovada.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 68-73

PARECER

De autoria do nobre Deputado Domicio Scaramella, o Projeto de Lei ora em exame por esta Comissão, visa autorizar o Poder Executivo a construir uma estrada, com pavimentação asfáltica, que dê acesso à sede do Município de União da Vitória à BR-153, com início na região denominada Ponta do Rio da Areia, na estrada estadual entre a citada sede e Porto Vitória, num percurso de cinco (5) quilômetros.

Referido Projeto já foi motivo de exame e aprovação pelas Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Quanto ao mérito, que a esta Comissão compete examinar, entendo que a matéria está em condições de ser acolhida.

Pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Borsari Netto — Presidente.

Deputado Antônio Belinati — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 82-73, solicitando autorização para anuir na cessão de 38.460,02 m2 de área de terras que a União pretende fazer à Fundação Santo Antônio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, destinada à construção do "Lar dos Velhinhos Desamparados". — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM — 82-73

Curitiba, 19 de setembro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a anuir na cessão de 38.460,02 m2 de área de terras que a União pretende fazer à Fundação Santo Antônio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, para a construção do "Lar dos Velhinhos Desamparados".

A área em questão, situada no quarteirão de Nossa Senhora do Pilar, em Campo Largo, é remanescente de área maior doada pelo Estado à União Federal, através da Lei n.º 304, de 1.º de dezembro de 1949, para a construção de uma Sub-Estação de Enologia, vinculada ao Ministério da Agricultura.

O Departamento do Patrimônio da União, em seu Ofício de n.º 219-72, de 30 de outubro de 1972, cuja cópia autêntica vai em anexo, solicita, demonstrando o interesse do Governo Federal em ceder tal área de terras àquelas entidades assistenciais, a necessária anuência do Govrno do Estado do Paraná, conforme consubstancia o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado João Mansur
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado — Nesta Capital

ANTEPROJETO DE LEI N.º 222-73

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na cessão de 38.460,02 m2 de áreas de terras que o Governo Federal pretende fazer à Fundação Santo Antônio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, remanescente de área maior situada no quarteirão de Nossa Senhora do Pilar, doada pelo Estado do Paraná à União, conforme Lei n.º 304, de 1-12-1949, para a construção de uma Sub-Estação de Enologia.

Art. 2.º — A área de terras de que trata a presente Lei, destina-se à construção do Lar dos Velhinhos Desamparados.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DELEGACIA DO S.P.U. NO PARANÁ

Of. n.º 219-72

Curitiba, 30 de outubro de 1973.

PROJETO DE LEI N.º 222-73

Do Engenheiro Chefe da Delegacia do S.P.U. no Paraná,
Ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná — Curitiba.
Assunto: Permissão para cessão de imóvel (solicita).

Exmo. Senhor Governador:

Acha-se nesta Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Paraná, em Curitiba, um pedido de cessão de imóvel, formulado pela Fundação Santo Antônio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo-PR, para construção do Lar dos Velhinhos Desamparados.

2. O imóvel objeto do pedido, tem 38.460,02 m2, e faz parte da área maior situada no quarteirão de Nossa Senhora do Pilar, no aludido Município, doada pelo Estado do Paraná à União Federal, em 19 de agosto de 1954, conforme documentação anexa, destinado a instalação de uma Sub-Estação de Enologia vinculada ao Ministério da Agricultura.

Em face da destinação do imóvel, dada pelo ato da referida liberalidade, esta chefia atendendo a recomendação do Órgão Central do Serviço do Patrimônio da União, solicita a devida permissão de V. Excia. para efeito de promover a cessão do aludido imóvel, em favor da Fundação Santo Antônio, destinado à construção da obra social acima referida.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Reginaldo Reichert — Eng. Chefe.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 222-73

1 — O projeto ora em exame, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 82-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei, autorizando o Poder Executivo a anuir na cessão de 38.460,02 m2, de área de terras que o Governo Federal pretende fazer à Fundação Santo Antônio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, para a construção do "Lar dos Velhinhos Desamparados".

2 — A Mensagem esclarece, que a área em questão, situada no quarteirão de Nossa Senhora do Pilar, em Campo Largo, é remanescente de área doada anteriormente pelo Estado à União Federal, para nela ser construída uma Sub-Estação de Enologia, vinculada ao Ministério da Agricultura.

3 — Inexiste qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é FAVORÁVEL ao projeto sob exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Ivo Thomazoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 222-73

1 — O presente projeto, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 82-73, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei, autorizando o Poder Executivo a anuir na cessão de 38.460,02 m2 de área de terras que o Governo Federal pretende fazer à Fundação Santo Antônio e Asso-

ciação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo para construção do "Lar dos Velhinhos Desamparados".

2 — Esta matéria já mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer óbice na sua APROVAÇÃO, razão pela qual somos favoravelmente ao projeto ora proposto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Gilberto R. Carvalho — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

Comissão de Terras, Imigração e Colonização
PROJETO DE LEI N.º 222-73

PARECER

O Projeto de Lei ora em exame por esta Comissão, oriunda-se da Mensagem Governamental n.º 82-73, encaminhando a esta Casa de Leis, para os fins constitucionais, medida, autorizando o Poder Executivo a anuir na cessão de 38.460,02 m2 de área de terras que o Governo Federal pretende fazer à Fundação Santo Antonio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, remanescente de área maior situada no quarteirão de Nossa Senhora do Pilar, doada pelo Estado do Paraná à União, conforme Lei n.º 304, de 1.12.1949, para a construção de uma Sub-Estação de Enologia.

Segundo a Mensagem Governamental, a área de terras acima especificada, destina-se à construção do Lar dos Velhinhos Desamparados.

As Doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, em sua devida oportunidade, opinaram pela aprovação do Projeto.

No âmbito que lhe é próprio, esta Comissão não vê qualquer impedimento a aprovação do Projeto em exame, pelo que opina pelo ACOHIMEN-TO da Proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1974.

as. ilegível — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

duas as. ilegíveis

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do funcionário desta Casa, sr. Luiz Carlos Licheski. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos srs. Deputados Domicio Scaramella, Emílio Carazzai e Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Luiz Carlos Licheski, funcionário desta Assembléia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Vereadora Ruth Martinez Correia, na cidade de Ribeirão do Pinhal. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 230-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao Jornal Diário do Paraná, pela inauguração de seu novo parque gráfico, em especial, a moderna impressão "Off-set". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado bem como, ao Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas, no sentido de que seja reiniciado as obras de reconstrução do Grupo Escolar Herminia Rolim Lupion, na sede do Município de Sabaudia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 22.º aniversário da Rádio Cultura do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão de três srs. Deputados para representar esta Casa na "XI da Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina "VIII de âmbito nacional. — Aprovado.

Ficam designados os srs. Deputados Olavo Ferreira, Lázaro Dumont e Alvaro Dias, para comporem a referida Comissão aprovada a Requerimento do sr. Deputado Olavo Ferreira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 245-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Poder Judiciário do Estado, no sentido de que sejam criadas as Comarcas de Palotina e Terra Roxa, na nova Lei de Organização e Divisão Judiciária. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 235-73 e 236-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 6-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Medulina Ferreira Jorge. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia o Projeto de Lei n.º 285-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior e Justiça, sugerindo se digne manter entendimentos com a Direção da Copel, para, nos três meses que antecederão o pleito do corrente ano, constar em anexo aos talões de luz dizeres alusivos ao dever do voto e de reprovação aos votos nulos ou em branco. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que haja por bem, determinar os estudos que se fizerem necessários à aplicação do disposto no item V, do art. 172, da Lei n.º 6.174, em valor correspondente a 40% sobre os vencimentos dos servidores que, em caráter permanente, operem direta ou exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado, através do sr. Governador do Estado, veemente apelo aos srs. Secretário da Educação e Cultura e Superintendente da Fundepar, no sentido de que seja construída unidade escolar denominada "Unidade Polo" em Paranaguá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do IBC, congratulando-se por sua iniciativa de desmembrar o I.B.C., quando sua parte agrônômica passará a pertencer ao Ministério da Agricultura, como Departamento de Café, ficando a comercialização com o Ministério da Indústria e Comércio. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telegrama, ao Sr. Governador do Estado e, Secretário de Educação e Cultura, agradecendo a acolhida de apelo desta Casa, assim como do Diretório Municipal da Arena de Londrina, para aquisição de área onde está localizado o Internato Feminino e, Restaurante Ins-tituto Filadélfia, agradecendo também, os estudos autorizados com vistas à viabilidade da federalização das Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, designa os srs. Deputados Santos Lima, Erondy Silvério, Antonio Lopes Júnior e Antonio Belinati, para representarem esta Casa, na posse do Gal. Reynaldo Almeida, no Comando do 1.º Exército, dia 5 do corrente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 3. quarta-feira à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 36-70.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 19-72 — 134-72 — 173-72 — 179-72 — 60-73 — 68-73 — 222-73.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 76-73 — 77-73 — 85-73 — 86-73 e 245-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio
3.a Sessão Legislativa — 7.a Legislatura
Ata de Instalação

Aos vinte e seis dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões, com a presença dos Senhores Deputados Antonio dos Santos Maciel Filho, Basílio Zanusso, Lázaro Dumont, Domicio Scaramella e Arizone Araujo, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência na forma regimental o Senhor Deputado Domicio Scaramella. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido o sufrágio verificou-se a unanimidade de votos nos nomes dos Senhores Deputados Antonio dos Santos Maciel Filho e Domicio Scaramella, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Deputado Antonio dos Santos Maciel Filho, agradeceu aos Membros da Comissão, a confiança nele depositada. O Senhor Presidente, após determinar que as reuniões serão realizadas de acordo com a necessidade da matéria, indica a funcionária Marlene Couto de Cristo, para secretariar a referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antonio dos Santos Maciel Filho, por todos os Membros da Comissão, e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária desta Comissão.

aa) ANTONIO DOS SANTOS MACIEL FILHO — Presidente

DOMICIO SCARAMELLA — Vice-Presidente

Marlene Couto de Cristo — Secretária

7.a Legislatura — 4.a Sessão Legislativa

Ata da 2.a Reunião Ordinária

Ao primeiro dia do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes e presentes os Senhores Deputados: Erondy Silvério, Ivo Thomazoni, Nelson Buffara, Wilson Fortes, Sebastião Rodrigues Júnior e Antonio Lopes Júnior. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: — 1) — PROJETO DE LEI N.º 1-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 112-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, da cidade de Jacarezinho, o imóvel que especifica. Relator o Senhor Dep. Antonio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 2-74 — de autoria do Dep. Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma motoniveladora e um caminhão, pertencentes ao DER. Relator o Sr. Dep. Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 4-74, de autoria do Sr. Dep. Antonio Belinati. Declara de utilidade pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária, com sede na cidade de Londrina. Relator o Sr. Dep. Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 6-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 110-73. Mensagem encaminhando anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Parecer favorável com emendas. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 9-74, de autoria do Sr. Dep. Olavo Ferreira. Autoriza o Poder Executivo criar as Áreas Climáticas do Estado, e dá outras providências. — Relator Dep. Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 10-74, de autoria do Sr. Dep. David Federmarm. Declara de utilidade pública a Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla, com sede em Ponta Grossa. Relator Dep. Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 12-74, de autoria do Sr. Dep. Quilse C. da Silva. Declara de utilidade pública a Associação Médica do Paraná — Regional de São José dos Pinhais. Relator Deputado Antonio Franco F. da Costa Filho. Requerida diligência junto à Entidade.